

Focos de Incêndio na Terra Indígena dos Xikrin Cateté no Estado do Pará

Eduardo Franco Santos¹
Luís Felipe dos Santos Lopes²
Armando Wilson Tafner Junior³

Resumo

O presente artigo analisa os impactos socioambientais decorrentes do avanço do capitalismo na Amazônia, com enfoque no território indígena Xikrin do Cateté, no estado do Pará. A pesquisa demonstra que as queimadas e o desmatamento na região não são eventos aleatórios, mas resultados de ações antrópicas intencionais, associadas à expansão agropecuária, à grilagem de terras e vetorizada pelos grandes projetos de infraestrutura. Por meio de análise espacial e dados secundários, o estudo identifica padrões de destruição vinculados a eixos rodoviários, que facilitam a invasão de áreas protegidas e a exploração ilegal de recursos. Além disso, evidencia os graves efeitos dessas práticas sobre os povos indígenas, que enfrentam perdas territoriais, culturais e ambientais irreparáveis. O trabalho reforça a urgência da problemática e a lentidão do estado para conter a devastação, proteger os direitos indígenas e promover modelos de desenvolvimento sustentável na Amazônia.

Palavras-Chave: Desmatamento, Focos de Incêndios, Povos Indígenas, Conflitos e Amazônia.

1. Introdução

O capitalismo se desenvolve no campo à medida que se define um caráter exterior a terra como propriedade privada por parte dos meios de produção, cuja denotação insere um sentido de utilidade econômica ao bem. Arelada a este juízo de valor a terra passa a ser palco de conflitos e disputas entre os homens, cujo interesse consiste na posse, ocupação e exploração, sendo a principal causa de violência contra indígenas e comunidades tradicionais.

¹ Graduando em Geografia pela Universidade do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa); E-mail: 201940210030@unifesspa.edu.br

² Graduando em Geografia pela Universidade do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa); E-mail: luislopes@unifesspa.edu.br

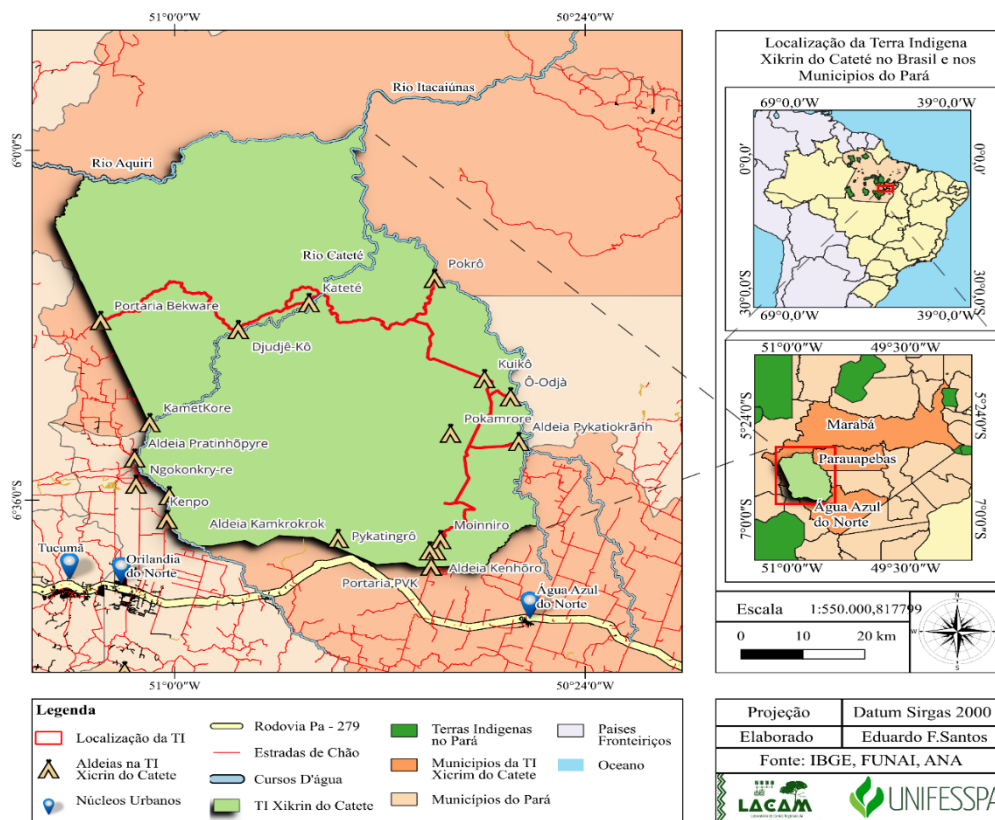
³ Graduado em economia Pela Universidade Estadual de Maringá (UEM); Mestre e Doutor pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA); Docente do Departamento de Ciência Política da Universidade do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa); E-mail: armandojr@unifesspa.edu.br

O modo de apropriação da natureza impõe a floresta como obstáculo para o desenvolvimento, fruto de um pensamento arraigado que não se importa com a preservação que entende que só é possível explorar as riquezas naturais com a derrubada de árvores.

A ocupação da fronteira na Amazônia tem a ver também com a dinâmica mais geral do país e com o estabelecimento de políticas que visam a atender o movimentado capital desenvolvimentista. Desta forma a concepção de fronteira passa a ser encarada como um lugar de conflito entre a forma dominante da acumulação capitalista e outros modos de vida tradicionais (TORRES, DOBLAS, ALARCON, 2017).

Situados em terras firmes na floresta amazônica banhadas pelos rios Itacaiúnas, Cateté e Aquiri, vivem os Xikrin na Terra Indígena Cateté. Localizada as margens da rodovia PA-279 no sudeste paraense, seu território integra três municípios: Marabá, Parauapebas e Água Azul do Norte no Estado do Pará. Limitando-se com áreas de unidade de conservação da Floresta Nacional do Itacaiúnas, Floresta Nacional do Tapirapé Aquiri e Floresta Nacional de Carajás, Figura 1.

Figura 1 - Mapa de localização da Terra Indígena Xikrin do Cateté.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Os Xikrin do Cateté são originários Kayapó Setentrionais, falantes da língua mebêngôkre, grupo lingüístico Jê. Sua configuração atual é resultado de um longo processo marcado de mobilidade social, espacial e cisões. A partir da base mais recente da Funai estão distribuídos pela margem esquerda do rio Cateté, direita do rio Itacaiúnas e ao longo das vias de acesso que ligam as aldeias as outras compostas: Djudjê-Kô, Kateté, Pokrô, Kuikô, Ô-Odjà, Pykatiokrân, Pokamrore, Moinni, Aldeia Badjôkôre, Aldeia Kenhõro, Pykatingrô, Kamkrokrok, Krimei, Kenpo, Pratinhõpyre, KametKore e duas portarias Bekware e Pvk. (VIDAL, 1977; FUNAI, 2024).

2. Mapeando as Queimadas na T.I. Xikrin do Cateté

O presente trabalho teve sua elaboração a partir da revisão bibliográfica de trabalhos de produção científica e levantamento de dados secundários em portais governamentais, tais como: ANA, IBGE, SIPAM e INPE. Quanto à abordagem ela tem caráter quantitativo visando mapear, analisar, e discutir os aspectos relacionados a ocorrência do fogo na vegetação especialmente em áreas protegidas, no qual dedicada ao território indígena dos Xikrin do Cateté.

A metodologia inclui o cruzamento dos dados mencionados, análise visual e morfométrica das áreas afetadas pelo fogo através de imagens de satélite da Planet Labs, com o uso do software QGis3.28 de Sistema de Informação Geográfica (SIG) para vetorização e composição dos dados.

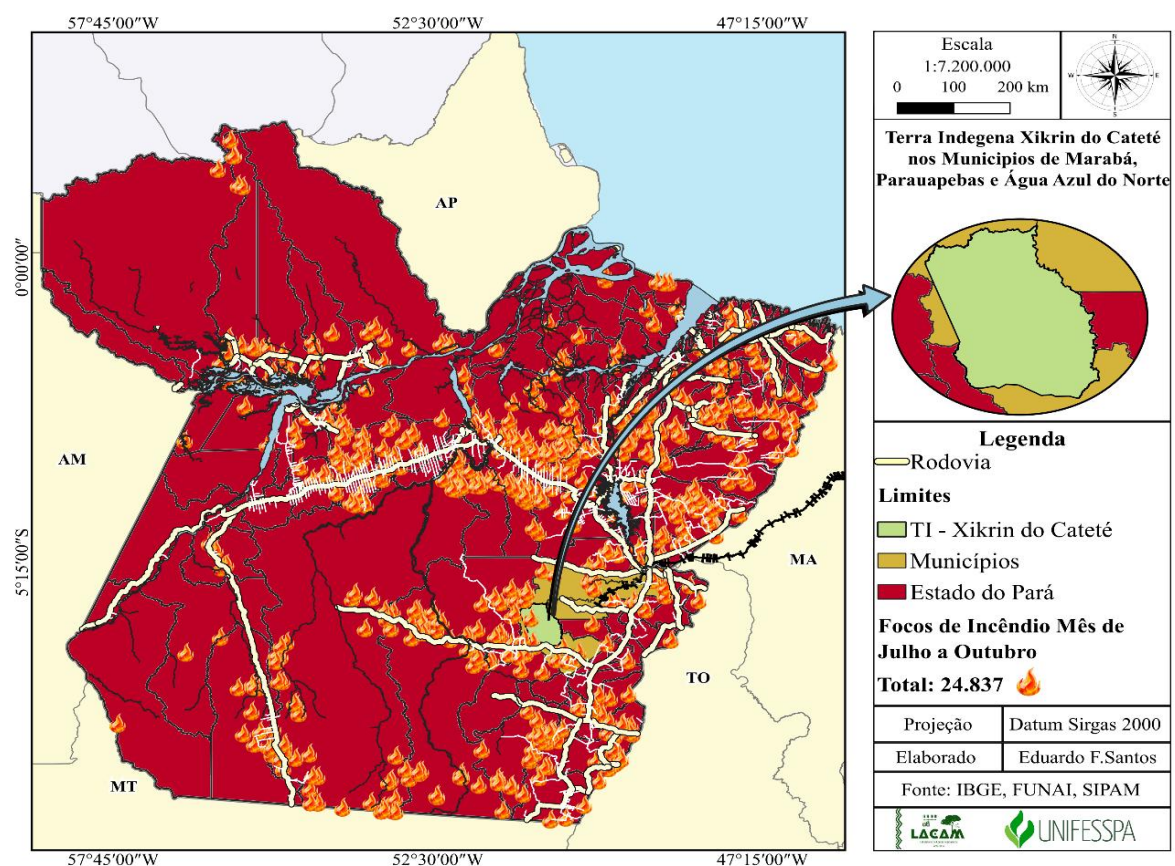
O recorte temporal adotado segue um período de quase quatro meses de julho a outubro de 2024 intervalo no qual se preza maior qualidade nas imagens é maior intensidade dos focos de incêndio em proporção de área queimada, sendo marcantes na observação da paisagem em imagens de satélite.

A partir da coleta, interpolação dos dados e informações sobre a distribuição, quantidade e percentual das áreas atingidas, foi possível gerar gráficos e mapas que representam a espacialização do fenômeno e consequentemente definir as áreas mais atingidas possibilitando fazer uma análise quanto às pressões antrópicas exercidas associadas aos padrões de ocupação.

3. As Queimadas como uma Ferramenta de Acumulação do Capital

A presença de focos de queimadas em praticamente todo o território paraense demonstra a grande escala do problema e o impacto significativo na área total do estado. Observa-se que o somatório de incêndio identificados para o mês de julho a outubro de 2024 no estado do Pará contabiliza 24.837 focos dos quais mais de 1.500 foram registrados dentro da TI para o mesmo período, como mostra a figura 2.

Figura 2 - Mapa da Situação da Distribuição dos Focos de Incêndio no Estado do Pará



Fonte: Elaborado pelos autores

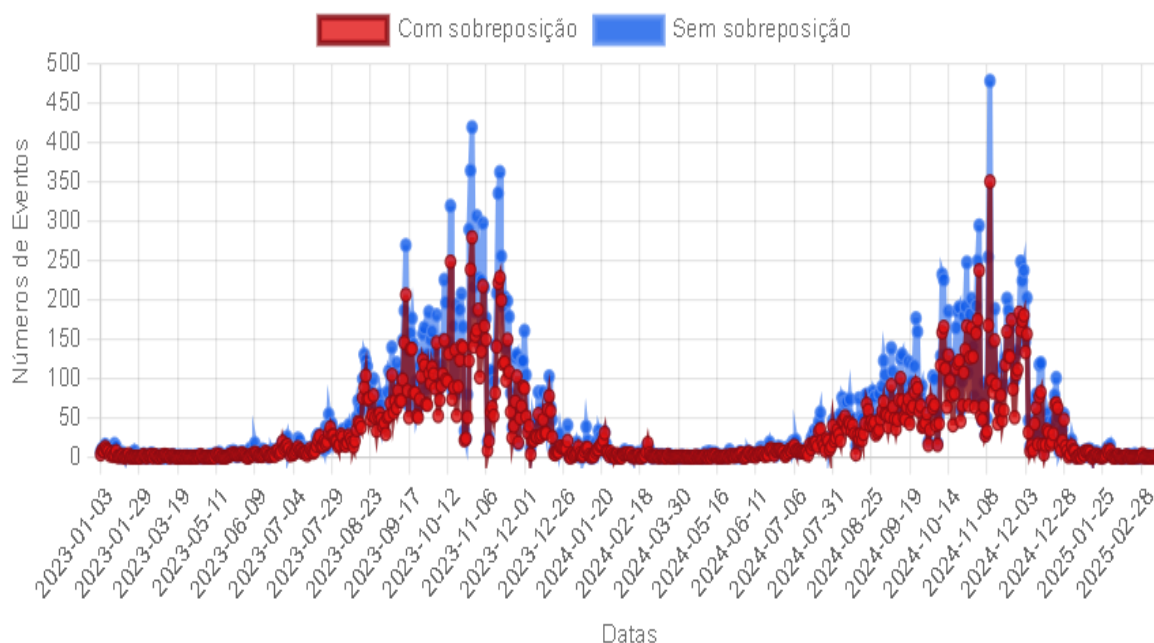
A partir da análise da densidade e distribuição das chamas, que representam os focos de incêndio, podemos observar um padrão perpendicular associado aos eixos das rodovias que avançam gradualmente em direção a floresta, marca do desmatamento conhecido por “espinha de peixe”. A alta concentração de focos em diversas regiões do

estado, indica que o problema das queimadas não é um fenômeno aleatório e muito menos de razão natural.

A análise do mapa revela uma situação crítica no estado Pará sendo um problema recorrente que perpassa ao longo dos anos, todavia para o ano de 2024 tem se destacado devido a intensidade do fenômeno superando anos anteriores e repercutido em veículos de comunicação em massa como agravante das mudanças ambientais climáticas devido a poluição atmosférica com grande liberação de quantidades de carbono gases do efeito estufa.

Todos os anos, no período entre os meses de julho e novembro, há aumento significativo no registro dos focos de calor no banco de dados do Inpe para o estado do Pará. Estas ocorrências provavelmente são devido a fatores climáticos como baixa umidade do ar, e baixa precipitação, característico desse período correspondendo a estação do verão, como observado na série histórica de 2023 a 2025 na figura abaixo.

Figura 3 - Quantidade de eventos de 2023 a 2025

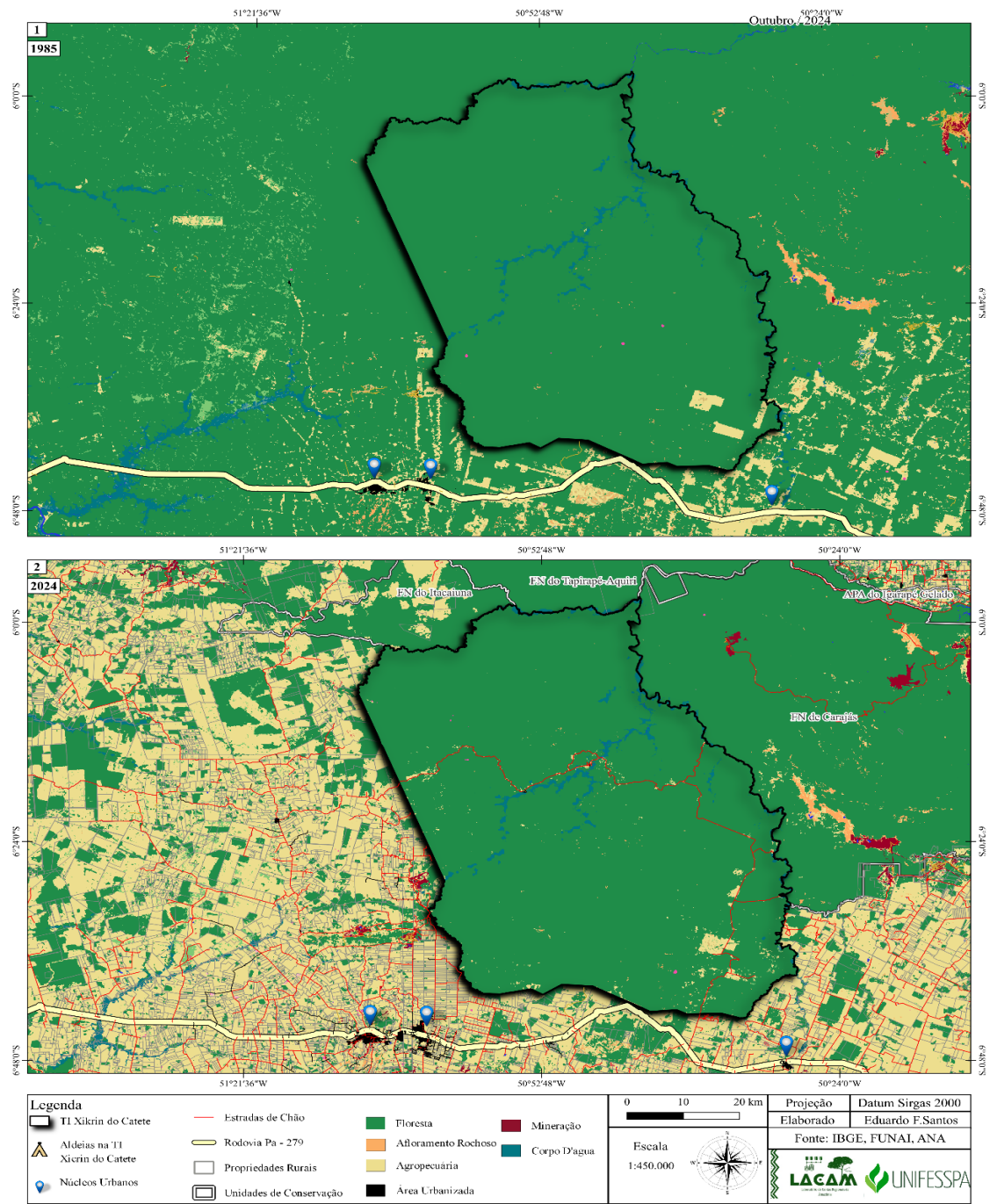


Fonte: Inpe

Ao tratar desta problemática pontualmente em áreas protegidas, como no caso da terra indígena dos Xikrin do Cateté, temos como referência o desmatamento massivo seja ele para criação de pasto, extração de madeira ilegal e uma série de focos de incêndios criminosos denunciados não só pelos Xikrin e pelos demais povos indígenas do estado em ofício dirigido ao ministério público federal (BRASIL,2024).

A área de proteção da TI Xikrin é formada por um ecossistema rico e biodiverso envolto de unidades de conservação estando totalmente inserida no bioma Amazônia. Por outro lado, é contornado por atividades agropecuárias, cercada por fazendas, monocultivos de pastagens, mineradoras e entre outros grandes projetos de cunho capitalista, observado na figura 4.

Figura 4 - Mapa do Uso e Cobertura do Solo na Terra Indígena Xikrin do Cateté entre os anos de 1985 figura (1) e 2024 figura (2).



Fonte: Elaborado pelos autores

Podemos observar esse contraste através da espacialização do avanço da fronteira referente aos dados do programa MapBiomas que indicam um aumento notável da supressão vegetal ao longo da série histórica de 1985 a 2024. Neste tocante, os povos e comunidades indígenas, pagam um preço muito alto com processo expansionista do capital em seu território é em áreas adjacentes, como genocídios, desmatamentos, comprometimento da fauna e flora, entre outros abusos.

Resultado de um processo histórico, a urgência em resguardar o território para garantir o poder e a expansão de fronteiras, e mais recente no período do governo de Kubitscheck e no período militar a região norte do Brasil abrangendo a Amazônia, foi aberta para a ocupação de colonos na perspectiva de preencher o vazio demográfico e de espaço, com fins de garantir a segurança territorial e atuação do grande capital na região (DA COSTA, 2019).

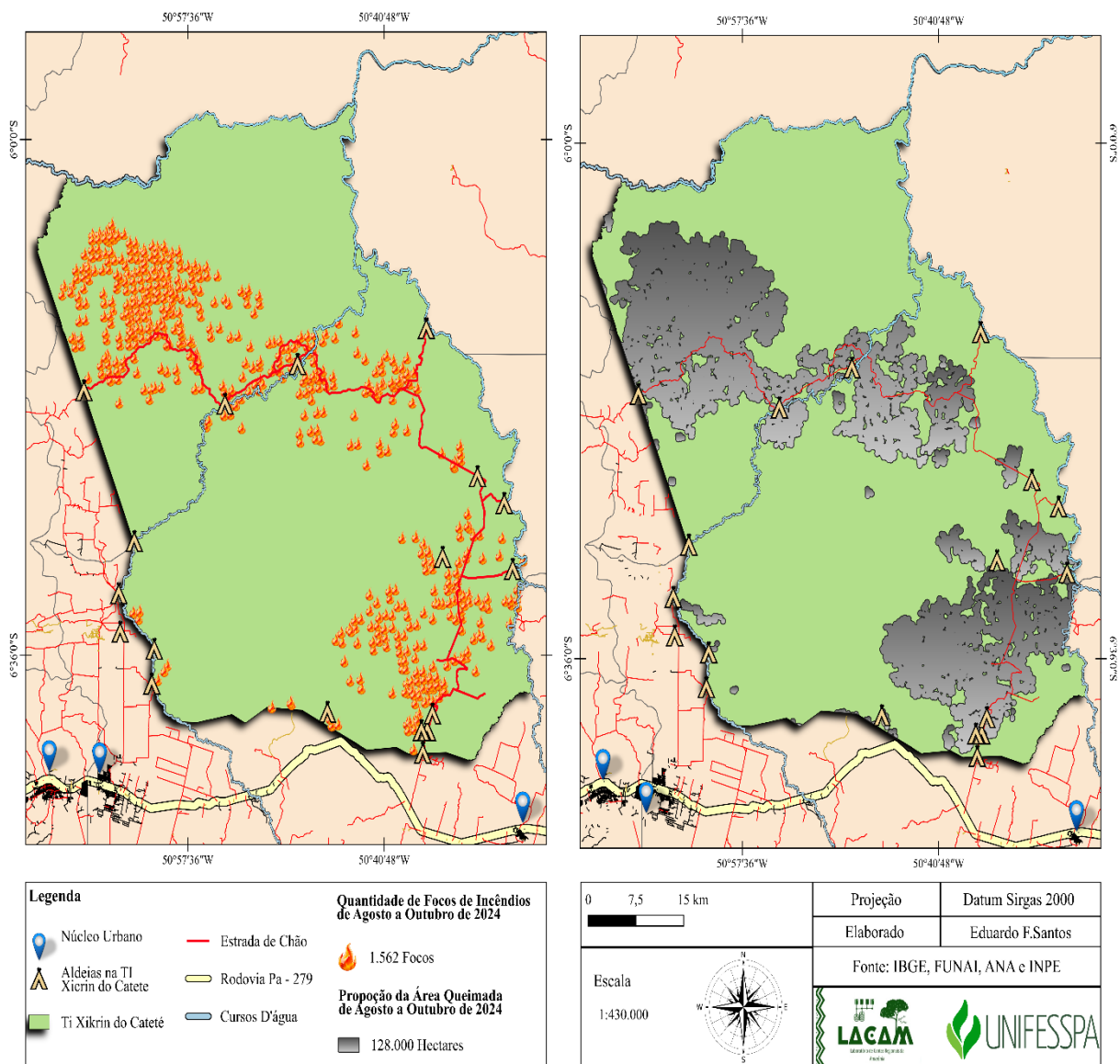
Nesse cenário tão adverso, povos indígenas e comunidades tradicionais protagonizam verdadeiras lutas no campo seja ela para retomar seus territórios, constantemente saqueados por um regime predatório ou para obter reconhecimento e defesa por parte do estado em face a febre dos grandes projetos hidrelétricos, minerais e logísticos (TORRES, DOBLAS, ALARCON, 2017).

A ocupação da fronteira na Amazônia tem a ver também com a dinâmica mais geral do país e com o estabelecimento de políticas que visam a atender o movimentado capital desenvolvimentista. Desta forma a concepção de fronteira passa a ser encarada como um lugar de conflito entre a forma dominante da acumulação capitalista e outros modos de vida tradicionais (TORRES, DOBLAS, ALARCON, 2017).

O processo de ocupação da região onde vivem os Xikrin, pelas empresas agropecuárias e pelos núcleos de colonização, tem como consequência o desmatamento massivo através de práticas de queima para "renovação" das pastagens e a abertura de novos limites e fronteiras rurais, utilizando-se das queimadas como mecanismo de eliminação da vegetação natural, o que facilita o avanço na mata fechada. Este processo ameaça os espaços adjacentes à área reserva.

A destruição da floresta pelos incêndios impõe-lhes perdas irreparáveis, ameaçando seus espaços de convivência e modo de vida. Ao todo a TI foi afetada com uma área de aproximadamente 128 hectares (equivalente a 29 % da área da TI) que corresponde a aproximadamente 437.2728 hectares) (Figura 4)

Figura 5 - Mapa dos Focos de Incêndio e Área Proporcional Queimada na Terra Indígena Xikrin do Cateté



Fonte: Elaborado pelos autores

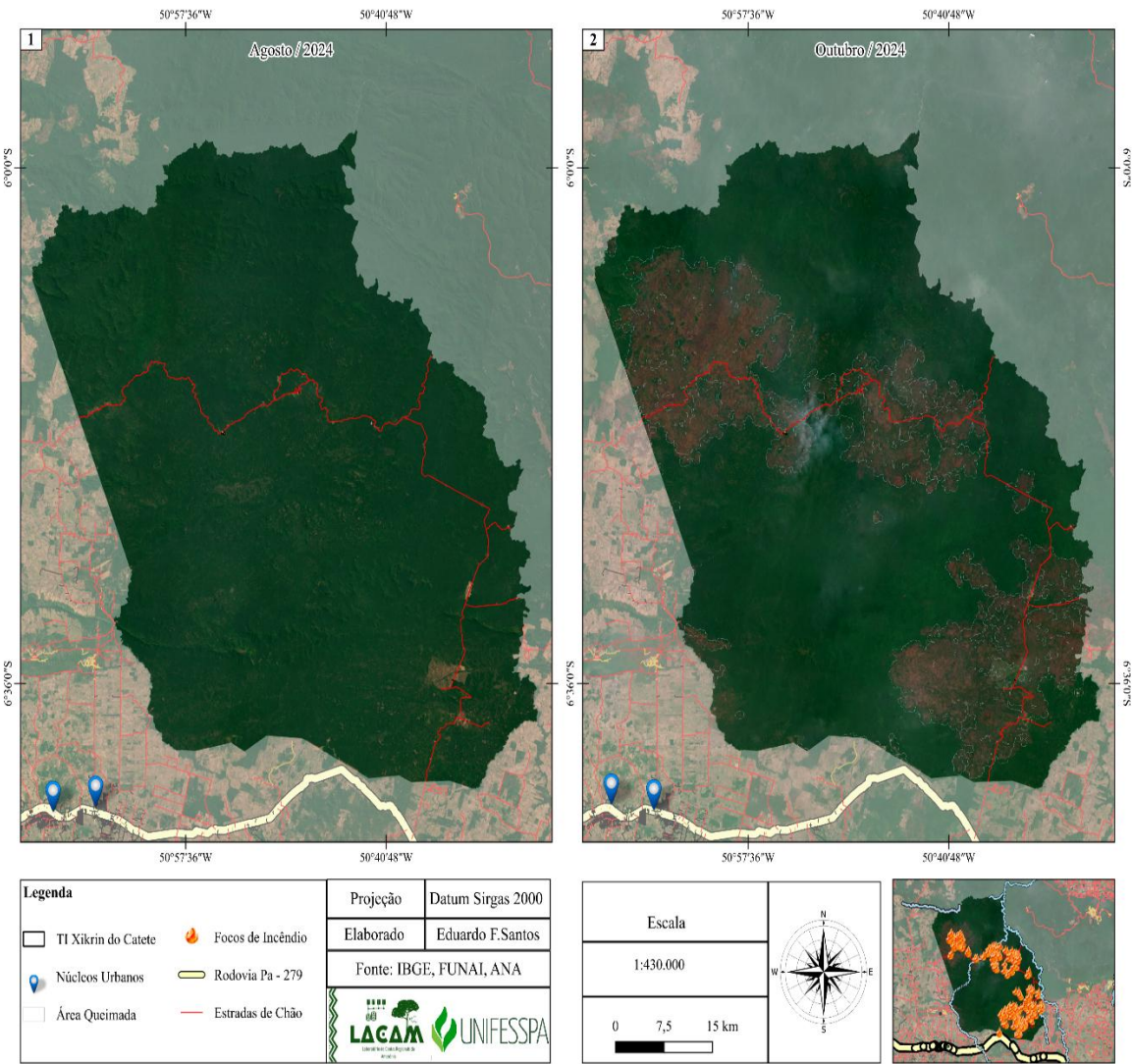
Observa-se que as rodovias são eixos troncais de fácil acesso e funcionam como vetores para a invasão das áreas protegidas. Outro ponto é que foco de incêndio se concentram próximos ou até mesmo no centro das aldeias mostrando certa casualidade é não aleatoriedade. Além disso as vicinais e a rodovias permitem o escoamento de produtos de crimes ambientais, como a madeira e minérios.

Os incêndios florestais representam uma violação dos direitos territoriais, culturais e exercem pressão sobre esses povos, pondo em xequê áreas protegidas e territórios tradicionais. Essenciais para reprodução de suas próprias existências. Este

fenômeno tem como efeito a escassez da caça, pesca, e do espaço essenciais para formação de roças para a coleta de produtos naturais.

Além da valorização cultural diversa e simbólica, devido a presença de diversos grupos indígenas, a temática acerca da conservação e manutenção de ambientes florestais se amplia a partir do ponto de vista do Indígena e como ele se relaciona com a paisagem natural ao seu redor (Araújo, 2001).

Figura 6 - Mapa da Situação da Terra Indígena Xikrin do Cateté entre Agosto e Outubro de 2024



Fonte: Elaborado pelos autores

A interconexão, principalmente da atividade agropecuária que predomina como forma de uso da terra em volta da TI com as queimadas é decorrente de práticas causadas por ações antrópicas, intencionais e criminosas cuja estratégia visa desvalorizar as áreas

protegidas pressionando por sua redução ou extinção abrindo espaço para a ocupação e regularização ilegal. Além de ser uma forma de intimidação e retaliação contra as comunidades que resistem exercendo pressão e pondo em xeque áreas protegidas e territórios tradicionais.

4. Considerações Finais

A terra indígena dos Xikrin por se encontrar em uma faixa de fronteira e expansão de produção de commodity voltada à exportação, de cunho estratégico e político desperta o interesse e avanço do capitalismo, na exploração de recursos naturais. Essa dinâmica causa impactos devastadores sobre as comunidades indígenas e o meio ambiente na Amazônia.

A análise demonstra que as queimadas e o desmatamento não são um fenômeno desassociados e muito menos naturais, mas sim resultado de ações antrópicas criminosas, impulsionadas por atividades agropecuárias, extração ilegal de madeira e grandes projetos de infraestrutura. Essas práticas, além de degradar a floresta, ameaçam diretamente a sobrevivência cultural e a existência dos povos indígenas, que enfrentam pressões constantes para ceder seus territórios.

Os dados revelam um padrão de invasão e destruição associado a eixos rodoviários, que facilitam o acesso a áreas protegidas e o escoamento de produtos ilegais. A situação é agravada pela omissão ou lentidão do Estado em proteger esses territórios, perpetuando um ciclo de violência e injustiça ambiental.

A resistência dos Xikrin e de outras comunidades tradicionais destaca a urgência em prol da efetiva proteção à floresta amazônica e aos territórios tradicionais. Garantindo seus direitos territoriais e promovam modelos de desenvolvimento sustentável, respeitando a biodiversidade e os modos de vida tradicionais.

Em síntese, o trabalho reforça a necessidade de uma abordagem integrada que combine monitoramento rigoroso, ações de fiscalização e valorização do conhecimento indígena para frear a destruição da Amazônia. A preservação dessas áreas não só protege a floresta e seus habitantes, mas também contribui para o equilíbrio climático global, sendo essencial para um futuro justo e sustentável.

O futuro dos povos indígenas é de responsabilidade de toda a sociedade, que não pode mais avançar ignorando sua existência e legitimar os direitos dessas etnias que também compõem e engrandecem a nação brasileira.

6. Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO. Disponível em: <https://www.gov.br/ana/pt-br>. Acesso em: 17 março. 2025.

ARAÚJO, Ubiracy. A presença indígena nas unidades de conservação. Direito ambiental das áreas protegidas: o regime jurídico das unidades de conservação. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Pará Núcleo Povos da Floresta, do Campo e das Águas (NUPOVOS/MPF-PA) OFÍCIO 1862/2024 GABPRM1-RMS Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2024/Oficio18622024GABPRM1RMS.pdf> acesso em 17 de março de 2025.

DA COSTA, Richelly Nazaré Lima. BAKRUKRËN: O Difícil Exercício de Soberania Alimentar pelos Xikrin do Cateté, da Aldeia Dju-djekô, no Município de Parauapebas, Pará. Marabá, 2019 Disponível em: https://pdtsa.unifesspa.edu.br/images/Richelly_DISSERTACAO_FINAL.pdf. Acesso em: 19 março. 2025.

FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br>. Acesso em: 17 março. 2025.

QGIS. Disponível em: https://qgis.org/pt_BR/site/. Acesso em: 17 março. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 nov. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. Disponível em: <https://www.gov.br/inpe/pt-br>. Acesso em: 17 março. 2025.

MAPBIOMAS. Disponível em: <https://mapbiomas.org/>. Acesso em: 17 março. 2023.

TORRES, Maurício; DOBLAS, Juan; ALARCON, Daniela. **Dono é quem desmata: Conexões entre grilagem e desmatamento no sudoeste paraense**. São Paulo : Urutu-branco ; Altamira : Instituto Agronômico da Amazônia, 2242.017.

VIDAL, L. **Morte e vida de uma sociedade indígena brasileira**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 268p. 1977.